

### **Assunto da Interpelação e respectivas questões**

A manifestação do passado 1º de Maio não aconteceu por acaso, “um *iceberg* não se consegue formar num só dia”. Foi organizada conjuntamente por oito associações de trabalhadores para proteger os legítimos direitos e interesses dos trabalhadores locais e para expressar a oposição contra a importação de grande quantidade de mão de obra, e captou a atenção da comunidade internacional. Ao longo da manifestação fizeram-se ouvir, mais uma vez, os apelos dos trabalhadores, exigindo à Administração soluções efectivas para os problemas relativos aos trabalhadores não residentes, trabalhadores ilegais e ao emprego, e também medidas concretas para evitar rodeios por parte da Administração.

Com o apoio das políticas do Governo Central visitam Macau inúmeros turistas provenientes da China, que com o seu enorme poder de compra trouxeram a Macau uma imagem de prosperidade económica. Todavia, essa prosperidade esconde vários problemas. Um grande número de trabalhadores não tem beneficiado do desenvolvimento económico, muitos deles não têm trabalho suficiente ou estão mesmo no desemprego, tudo por causa da importação de mão de obra, que é já uma “doença” social escondida.

Achamos que o mais premente é o Governo da RAEM identificar de imediato a doença e prescrever o respectivo medicamento, encarar e

responder directamente às exigências dos trabalhadores locais quanto à salvaguarda do emprego, sendo o segundo semestre deste ano a altura ideal para pôr em prática as respectivas medidas estratégicas. Gostaria que o Governo da RAEM definisse, quanto antes, essas medidas e o seu plano de execução, por forma a transformar as preocupações da sociedade, nomeadamente das camadas mais baixas, em força motriz para a implementação duma política de cariz pública.

Assim, interpelo a Administração sobre o seguinte:

1. Para eliminar as situações de concorrência desleal, originadas por determinadas empresas detentoras de avultado número de quotas, não pensa o Governo da RAEM, no segundo semestre deste ano, adoptar medidas destinadas ao controlo da importação de mão-de-obra, incluindo a cobrança de uma taxa adicional e a implementação de políticas repressivas para reduzir o número de trabalhadores indiferenciados importados, autorizando apenas a importação dos quadros qualificados requeridos pelas PME?
2. Há duas questões que exigem uma solução por parte do Governo: a comunicação prévia das operações de combate aos trabalhadores ilegais e o facto de as autoridades não se atreverem a efectuar operações nocturnas aos estaleiros, para detecção de trabalhadores ilegais. Pensa o Governo introduzir, no segundo semestre deste ano, novas medidas para resolver as referidas questões e acabar de vez

com o trabalho ilegal?

3. O Governo da RAEM vai introduzir, no 2º semestre deste ano, o regime para assegurar as condições de acesso ao emprego e o direito de aposentação dos trabalhadores locais? Neste regime incluem-se o regime de sanções para a violação da lei relativa ao direito de acesso ao emprego dos trabalhadores locais, o regime para garantir o salário mínimo devido à redução de trabalho, e o regime para garantir a articulação entre as idades para a aposentação e para a atribuição da pensão de velhice?

30 de Maio de 2006.

O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau

Ng Kuok Cheong